

CAOS NA SAÚDE

Gestores da Área de Saúde ignoram denúncia da categoria. Jurídico do STU prepara processo para apresentar ao Ministério Público.

Após inúmeras tentativas de negociação, o STU decidiu encaminhar denúncia ao Ministério Público referente às péssimas condições de trabalho no Caism.

Infelizmente, a Unicamp tem reproduzido o cenário caótico visto nos hospitais públicos Brasil afora.

Os trabalhadores enfrentam muitas dificuldades pra trabalhar, como: falta de nitidez nos protocolos de atendimento; falta de vestuários e EPI's adequados como determina os órgãos sanitários; respeito aos funcionários do grupo de risco, principalmente às gestantes; garantia de condições de trabalho seguras e outros problemas.

Se não bastasse tudo isso, os trabalhadores precisam lidar com a sobrecarga de trabalho, as péssimas condições de higienização dos transportes fretados, o assédio moral e a falta de pagamento de insalubridade.

Quando a pandemia chegou ficou evidente a necessidade de contratar mais profissionais para dar conta da jornada que já era extenuante.

O resultado foi o adoecimento e até a morte desses funcionários por contaminação pelo Covid-19, muitas vezes por conta de falhas nas orientações dadas pelos gestores.

Mesmo assim, os trabalhadores da saúde continuam exercendo sua profissão com responsabilidade!

Até o momento, somente a discussão sobre a sala de descanso do Caism evoluiu. Enquanto isso, os trabalhadores aguardam, há mais de um ano, os gestores resolverem as demandas apresentadas pelo STU.

Falta sensibilidade e vontade

política dos gestores do Caism em resolver os problemas apontados pelos funcionários, que estão exaustos e sofrendo por conta das péssimas condições de trabalho. Então, não resta alternativa a não ser buscar mediação jurídica para esse impasse.

Insalubridade

Desde o início da pandemia o STU vem cobrando da reitoria o pagamento de adicional de insalubridade, principalmente, para os trabalhadores

da Área da Saúde.

Nesta semana acontece a audiência telepresencial do processo em que o STU solicita o pagamento de adicional de insalubridade para todos os trabalhadores celetistas que exercendo suas atividades de forma presencial.

Considerando os riscos corridos pelos profissionais, especialmente da Área da Saúde, nada mais justo do que conceder o pagamento desse benefício àqueles que exercem atividades que representem risco à sua saúde.

CAMPINAS TERÁ ATO DE TRABALHADORES/AS DA ENFERMAGEM

De **12 a 20 de maio** comemora-se a **Semana da Enfermagem**.

A categoria tem várias pautas, que há muito tempo são reivindicadas e nunca foram atendidas pelo governo.

Apesar das condições desumanas de trabalho, a enfermagem segue na linha de frente da pandemia diante de um cenário caótico e sem planejamento de políticas públicas de saúde.

Neste momento de comoção nacional precisamos reconhecer quem tem dado sua vida para salvar a nossa. Por isso, o STU apoia a manifestação e reforça a justa reivindicação por piso

salarial regulamentado, jornada de 30 horas sem redução de salário, condições dignas de trabalho, vacinação para todos e defesa do SUS.

O ato será dia 15/05, às 10h, na Praça Arautos da Paz.

Como a atividade será presencial, respeitando as normas sanitárias de isolamento, a participação será restrita a 100 pessoas, previamente inscrita.

O encontro será transmitido ao vivo pelas redes sociais das entidades apoiadoras.

Reserve sua vaga pelo formulário disponível em: <https://bit.ly/3ti5ms5>.

REVISÃO DO ACORDO COLETIVO DA ÁREA DA SAÚDE

O STU vai abrir as discussões com a categoria para a atualização do Acordo Coletivo da Saúde, assinado em 2019.

Por conta da pandemia, estamos analisando as medidas possíveis para consulta à categoria, que devem incluir reuniões, plenárias e formulário de pesquisas virtuais. O objetivo é levantar as propostas referente às demandas dos profissionais, tais como: jornada, condições de trabalho e medidas de proteção à vida.

Confira nossos boletins e redes sociais para saber como participar do processo.

Campanha Salarial 2021

Combate ao arrocho salarial é prioridade na data-base

A Campanha Salarial deste ano nos coloca em luta também contra os ataques ao serviço público, por um auxílio emergencial digno e vacinação para todos

O Fórum das Seis já deu início a nossa Campanha Salarial 2021 com a entrega da Pauta Unificada de Reivindicações e solicitação de reunião de negociação, mas o Cruesp não agendou a data ainda.

Em 2020, com a explosão da pandemia e a organização do trabalho à distância, o Cruesp empurrou com a barriga a discussão da data-base e não fez nenhuma proposta de reajuste.

O comprometimento com a folha de pagamento está caindo e o orçamento das três universidades está muito bem. Em contrapartida, nossos salários estão sendo devorados pela inflação por falta de vontade política dos reitores em reconhecer e estancar essas perdas, especialmente, dos níveis iniciais das carreiras.

Se considerarmos nosso poder aquisitivo em maio/2012, por exemplo, as perdas até maio/2020 são de 26,73% (inflação acumulada de maio/2012 a abril/2020 de 53,73% e reajuste acumulado de 27%). A estas perdas, ainda precisaria ser adicionada a inflação apurada entre maio/2020 e abril/2021.

O Fórum das Seis cobra das reitorias o reajuste imediato de 8% nos salários e um plano de médio prazo para recuperar as perdas, tendo como objetivo, no mínimo, recompor o poder aquisitivo de maio/2012.

A desculpa da “impossibilidade” de negociar, devido às restrições orçamentárias impostas pela Lei Complementar 173/2020, não tem fundamento depois do despacho do juiz da 9ª Vara da Fazenda Pública ressaltar que a autonomia garante ao gestor universitário a decisão de acatar ou não os limites impostos por essa lei. A ação foi ajuizada pela Adusp contra os efeitos da lei sobre a USP.

Não se trata de aumento, mas de reposição das perdas acumuladas na última década. Não podemos aceitar mais um ano de congelamento enquanto os reitores “fazem caixa” com os nossos salários.

Na pauta conjunta também está prevista a luta contra os ataques ao serviço e servidor públicos, auxílio emergencial digno e vacinação para todos. Confira a pauta no site do STU.

STU ENTRA COM AÇÃO COLETIVA PARA COBRAR CORREÇÃO DO FGTS

Em defesa dos servidores Estatutários e Celetistas, o Jurídico do STU ingressou com uma ação coletiva em trâmite na 8ª Vara Federal de Campinas, pleiteando condenação da Caixa Econômica Federal na substituição da TR (Taxa Referencial) por índice INPC, IPCA, IPCA-E ou outro índice correlato que reponha as perdas decorrentes da inflação, para os depósitos fundiários a partir de 1999. A ação cobra o pagamento, em favor de cada trabalhador substituído pelo STU, do valor correspondente às diferenças do FGTS decorrentes da aplicação dos referidos índices.

O andamento processual de todas as ações relativas à correção das contas do FGTS, individuais ou coletivas, estão suspensas até o julgamento da controvérsia pelo STF, e, recentemente,

foi marcado para 13/05 o julgamento da ADI 5090 que versa sobre a revisão da correção monetária das contas vinculadas ao Fundo para definir a correção do FGTS.

Portanto, os ministros da Corte irão definir se a correção do FGTS será de acordo com a inflação ou se será mantida a regra vigente no país, que garante a atualização dos valores pela TR mais 3% ao ano.

Vale registrar que, os funcionários que trabalharam entre os anos de 1999 a 2013 e tiveram depósitos de FGTS realizados em sua conta vinculada, podem ter direito à correção de todos esses valores. Isso vale para o dinheiro que está depositado e também para o que já foi sacado das contas de FGTS dentro desse período.

Número da Ação: 5008508-76.2019.4.03.6105

STU SOLICITA REUNIÃO COM NOVO REITOR PARA DISCUTIR INTERESSES DA CATEGORIA

No final de abril, o STU solicitou ao reitor Tom Zé o agendamento de uma reunião para tratar de demandas internas e também dar início à construção de uma agenda de discussão sobre a data-base 2021.

Até o fechamento desse material, a data não havia sido marcada.

É importante lembrar que todas as nossas conquistas são resultado de décadas de luta e mobilização.

E ainda que o distanciamento social dificulte a mobilização, nossa organização e unidade são fundamentais para conquistarmos reposição salarial.

TERCEIRIZADOS SOFREM POR CONTA DOS BENEFÍCIOS REDUZIDOS

O STU solicitou, no final de abril, uma reunião com a reitoria para tratar dos contratos da Unicamp com as empresas terceirizadas.

Em 14/04 publicamos no nosso boletim que os trabalhadores, especialmente, os motoristas, estão tendo perda de renda com seus auxílios cortados durante a pandemia por conta da redução da frota de veículos.

Na época, o ex-reitor Knobel defendeu no Consu que os trabalhadores continuariam recebendo o pagamento dos benefícios, mas a empresa informou que os repasses foram reduzidos. Enquanto isso, os trabalhadores são os mais prejudicados com essa “confusão administrativa”.

Nem precisamos dizer que neste período, em que a inflação tem corroído os salários dos trabalhadores, é essencial manter os rendimentos e benefícios intactos para garantia da sobrevivência dos funcionários.